



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## **Intervenção (Programa de Governo)**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Nesta breve intervenção quero, em primeiro lugar, felicitar o Presidente do Governo Regional, Dr. Vasco Cordeiro, pela vitória obtida nas últimas eleições regionais. Esse é o dado objetivo que estabelece a responsabilidade e a legitimidade de quem hoje, nesta câmara parlamentar, apresenta o Programa de Governo.

Importa frisar ainda que o Povo Açoriano optou pela eleição de um Parlamento plural, voltando a dar assento parlamentar às mesmas 6 forças políticas que aqui estão representadas desde o ano 2008. Neste âmbito, felicito todos os deputados eleitos, que representam a diversidade de opinião e de projeto da sociedade açoriana.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

As últimas eleições ficaram marcadas por uma taxa de abstenção muito elevada. Uma parte significativa desta abstenção não corresponde, na minha opinião, aos eleitores efetivamente residentes na Região. Seja como for, a abstenção representa uma ameaça para o sistema democrático uma vez que lhe retira representatividade e afeta, a médio e longo prazo, a sua legitimidade.

Aumentar os níveis de participação política dos açorianos é um imperativo de regime. Neste sentido, considero que devem ser implementadas reformas profundas no nosso sistema eleitoral. Nesta matéria, as nossas posições estão muito próximas do que está expresso



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

no Programa de Governo aqui em discussão. De qualquer forma, esta é uma matéria parlamentar por excelência e é ao Parlamento que deve ser dada toda a centralidade política nesta questão.

Neste mesmo âmbito, de abertura à sociedade civil, deixe que lhe diga, Sr. Presidente do Governo, que tinha expectativas mais elevadas em relação ao processo de renovação do Governo, dos cargos de nomeação política nos gabinetes governamentais, na administração regional e no sector público empresarial regional. A imagem que passa é a de alguma estagnação e a de uma capacidade de recrutamento apenas circunscrita aos mesmos de sempre.

Um Programa de Governo não pode detalhar o conjunto de medidas que o Governo implementará no futuro. Não é possível. Concordamos com o desenho de algumas medidas, mas temos diferenças significativas em muitas áreas, nomeadamente:

- Falta ambição no âmbito do aprofundamento do sistema autónómico. Nós queremos ir muito mais longe!

- As políticas referentes crescimento económico, nomeadamente as que deveriam referenciar prioridades de investimento e de reforma, não se destacam e não são visíveis no âmbito de uma grande multiplicidade de projetos e planos. Falta a hierarquização de prioridades e a definição de uma estratégia ambiciosa de crescimento económico.

- Nas políticas sociais, nomeadamente ao nível da saúde e da educação, o Governo Regional opta por políticas de continuidade. Nestas matérias, o PPM defende a necessidade de reformas profundas, que o Governo Regional ainda não assume.

- A política de combate ao desemprego, para além dos programas ocupacionais, não convence, assim como as estratégias de superação dos gravíssimos problemas que enfrentamos na nossa sociedade em áreas como a pobreza, as desigualdades, as dependências, a violência doméstica e os abusos e violências cometidas sobre as nossas crianças e jovens.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

- Nas políticas de coesão territorial e de combate à desertificação das ilhas mais pequenas, as medidas apresentadas não parecem suficientes para alterar as atuais tendências de perda populacional.

Finalmente, a pergunta:

Está o Governo Regional disponível para chegar a um consenso parlamentar alargado em áreas como a educação, a saúde e o sistema político açoriano?

Horta, Sala das Sessões, 16 de novembro de 2016

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão